|  |  |
| --- | --- |
| CONSELHO PERMANENTE DA  ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS  COMISSÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS | OEA/Ser.G  CP/CAJP/SA. 681/20  3 março 2020  Original: espanhol |

Resumo da sessão extraordinária para compartilhar lições aprendidas e intercambiar boas práticas, a fim de promover um diálogo regional sobre o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião ou crença, realizada em 20 de fevereiro de 2020

A reunião foi presidida pelo Embaixador Carlos Alberto Játiva, Representante Permanente do Equador e Presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP), e teve início às 14h41.

Oquórum regulamentar foi estabelecido com a presença dos Representantes de Antígua e Barbuda, Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Grenada, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Saint Kitts e Névis, Santa Lúcia, Suriname, Uruguai e Venezuela.

A gravação em áudio da reunião encontra-se disponível no seguinte *link*:

<http://scm.oas.org/audios/2020/CP_CAJP_3525-02-20-2020.MP3>

1. Aprovação do projeto de ordem do dia

A Comissão aprovou o projeto de ordem do dia ([CP/CAJP-3525/20](http://scm.oas.org/doc_public/portuguese/HIST_20/CP41971p03.docx) rev. 6).

1. Liberdade de religião e de crença: uma missão global com especificidade regional

As apresentações de Samuel D. Brownback, Embaixador para a Liberdade Religiosa Internacional dos Estados Unidos, e do comissário Edgar Stuardo Ralón Orellana, membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), podem ser consultadas nos documentos [CP/CAJP/INF. 689/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP41991T03.docx) e [CP/CAJP/INF. 692/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP41994T03.docx), respectivamente.

1. Marcos jurídicos internacionais, constitucionais e legais: liberdade de pensamento, de consciência e de religião ou crença

A apresentação de Paulo Abrão, secretário-executivo da CIDH, e a intervenção em vídeo de María Esperanza Adrianzen, diretora de Assuntos Interconfessionais do Ministério de Justiça e Direitos Humanos do Peru, podem ser consultadas nos documentos [CP/CAJP/INF. 693/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP41995T03.docx) e [CP/CAJP/INF. 690/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP41992T03.docx), respectivamente.

De sua parte, o Embaixador Hugh Adsett, Representante Permanente do Canadá, fez a introdução da intervenção por vídeo de Rob Oliphant, secretário parlamentar do Ministro das Relações Exteriores do Canadá, que compartilhou algumas reflexões sobre os esforços do Canadá para avançar no diálogo internacional, na ação e na defesa do direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião ou crença.

1. Liberdade religiosa: estratégias, lições aprendidas e melhores práticas para proteger e promover a liberdade de religião ou crença

A professora Ana María Celis, diretora do Centro de Direito e Religião da Pontifícia Universidade Católica do Chile e presidente do *International Consortium for Law and Religion Studies* (ICLARS), fez a primeira apresentação do segmento. Em sua intervenção, a professora Celis reconheceu a importância da convocação da presente sessão e dos mandatos aprovados no último período ordinário de sessões da Assembleia Geral da OEA na matéria. Nesse sentido, convidou as delegações a que continuem trabalhando na efetiva implementação e observância das disposições do artigo 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica). Quanto a estratégias, fez notar que a liberdade religiosa normalmente vai acompanhada do tipo de relações que os Estados mantêm com as instituições religiosas. Daí que a liberdade religiosa não deveria ser considerada uma concessão do Estado, mas sim o exercício de um direito humano fundamental. Reconheceu o trabalho desempenhado por organizações religiosas em conflitos suscitados na região, onde atuaram como mediadoras e facilitadoras de diálogo, fazendo um convite a que, com base nesses antecedentes, se retome a confiança nessas organizações.

As apresentações do professor Rodrigo Vitorino Souza Alves, membro da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia e pesquisador principal do Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião (CEDIRE), do professor Brett G. Scharffs, titular da cátedra *Rex E. Lee* e professor da Faculdade de Direito *J. Reuben Clark* da Universidade *Brigham Young*, e do senhor David J. Michaels, diretor para as Nações Unidas e Assuntos Intercomunitários de *B’nai B’rith International*, podem ser consultadas nos documentos [CP/CAJP/INF. 701/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42045T03.docx) e [CP/CAJP/INF. 703/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42048T03.docx) e [CP/CAJP/INF. 691/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP41993T03.docx), respectivamente. Além disso, a intervenção em vídeo do professor Nicolás Panotto, diretor do Grupo de Estudos Multidisciplinares sobre Religião e Incidência Pública (GEMRIP), pode ser consultada no documento [CP/CAJP/INF. 694/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP41999T03.docx).

1. Lições aprendidas e intercâmbio de ideias e observações por parte dos Estados membros e Observadores Permanentes: liberdade de pensamento, de consciência e de religião ou crença
   * Intervenções dos Estados membros e dos Observadores Permanentes

Como parte do diálogo para compartilhar lições aprendidas e intercambiar ideias e observações por parte dos Estados membros e dos Observadores Permanente, intervieram as seguintes autoridades: Embaixador Fernando Simas Magalhães, Representante Permanente do Brasil (intervenção disponível no documento [CP/CAJP/INF. 702/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42047T03.docx)), Embaixador Hernán Salinas, Representante Permanente do Chile (intervenção disponível no documento [CP/CAJP/INF. 712/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42074T03.docx)), Embaixadora Montserrat Solano, Representante Permanente da Costa Rica (intervenção disponível no documento [CP/CAJP/INF. 697/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42041T03.docx)), Embaixador Alejandro Ordóñez, Representante Permanente da Colômbia (intervenção disponível no documento [CP/CAJP/INF. 706/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42056T03.docx)), Embaixadora Luz Elena Baños, Representante Permanente do México (intervenção disponível no documento [CP/CAJP/INF. 695/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42039T03.docx)), Embaixadora Rita Claverie Díaz de Sciolli, Representante Permanente da Guatemala (intervenção disponível no documento [CP/CAJP/INF. 696/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42040T03.docx)), Embaixador Gustavo Tarre, Representante Permanente da Venezuela, bem como as delegações de Estados Unidos (intervenção disponível no documento [CP/CAJP/INF. 700/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42044T03.docx)), Nicarágua, República Dominicana (intervenção disponível no documento [CP/CAJP/INF. 698/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42042T03.docx)), Suriname, Equador (intervenção disponível no documento [CP/CAJP/INF. 707/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42057T03.docx)), Paraguai (intervenção disponível no documento [CP/CAJP/INF. 699/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42043T03.docx)), Argentina (intervenção disponível no documento [CP/CAJP/INF. 694/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42055T03.docx)), Antígua e Barbuda (intervenção disponível no documento [CP/CAJP/INF. 704/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42053T03.docx)) e Bolívia (intervenção disponível no documento [CP/CAJP/INF. 711/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42072T03.docx)). Por parte dos Observadores Permanentes, intervieram Monsenhor Mark Miles, Observador Permanente da Santa Sé (intervenção disponível no documento [CP/CAJP/INF. 713/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42075T02.docx)), e o Embaixador Simone De Santi, Observador Permanente da Itália.

Ao término das intervenções, a CAJP tomou nota das apresentações feitas pelos painelistas nos temas 2, 3 e 4 da ordem do dia, bem como das intervenções das delegações dos Estados membros e Observadores Permanentes no desenrolar do tema 5, e acordou que os resultados dessa sessão extraordinária fossem apresentados ao Conselho Permanente para seu posterior encaminhamento ao Quinquagésimo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, em cumprimento do mandato previsto na resolução AG/RES. 2941 (XLIX-O/19).

Antes de encerrar a sessão, o Presidente anunciou as duas reuniões da CAJP que aconteceriam na quinta-feira, 27 de fevereiro de 2020.

Não havendo outros assuntos a tratar, encerrou-se a sessão às 18h05.

CP42079P04